
QUANDO HISTORIADORES FORAM À ESCOLA: A HISTÓRIA DO BRASIL DE OCTAVIO TARQUÍNIO DE SOUSA E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (1944) E OS ECOS DA NOVA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA¹

Fábio Franzini²

Elaine Lourenço³

RESUMO: Publicada em 1944 pela Livraria José Olympio Editora, a *História do Brasil* assinada por Octavio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Holanda pode ser considerada um livro um tanto atípico: seus autores eram intelectuais distantes do ambiente escolar, sua editora não tinha tradição no setor didático e sua organização temática, embora não destoasse da estrutura habitualmente apresentada pelos manuais tradicionais, trazia embutida algumas inovações relevantes. Por meio do detalhamento de tais características, o presente artigo pretende mostrar como esse livro, para além dos limites escolares, se relaciona com o contexto maior de produção de um novo conhecimento histórico-historiográfico sobre o Brasil, o qual se configurava desde pelo menos a década anterior.

PALAVRAS-CHAVE: Octavio Tarquínio de Sousa. Sérgio Buarque de Holanda. Renovação historiográfica.

WHEN HISTORIANS WENT TO SCHOOL: OCTAVIO TARQUÍNIO DE SOUSA & SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA'S HISTÓRIA DO BRASIL (1944) AND THE ECHOES FROM A NEW BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY

ABSTRACT: Published in 1944 by José Olympio, the *History of Brazil* wrote by Octavio Tarquínio de Sousa and Sérgio Buarque de Holanda can be considered a somewhat atypical book: its authors were intellectuals distant from the History teaching, the publishing company had no tradition in the field of textbooks, and its thematic organization, although it did not deviate from the structure customarily presented by the traditional manuals, it had some relevant innovations embedded. Through the detailing of such characteristics, this article intends to show how this book, beyond the school boundaries, relates to a greater context of

1 O ponto de partida e a base deste artigo é o *paper* “Um livro fora do comum: a *História do Brasil* de Octavio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Holanda” (FRANZINI, 2007), agora retomado pelos autores com vistas a ampliar o exame dessa obra e, sobretudo, alargar as análises originais, uma vez que acreditamos ser este um tema ainda pouco explorado, tanto pela história da historiografia brasileira quanto pela historiografia do livro didático nacional. Nesse sentido, agradecemos ao Prof. Dr. Tomás Sansón Corbo e a Eduardo Vasconcelos a gentileza do convite para colaborar com o presente dossiê.

² Professor do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-Unifesp). Doutor em História Social pela USP. E-mail: fabio.ff.franzini@gmail.com

³ Professora do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-Unifesp). Doutora em História Social pela USP. E-mail: elalourenco@gmail.com

production of a new historical-historiographical knowledge about Brazil which was formed since the 1930s at least.

KEYWORDS: Octavio Tarquínio de Sousa. Sérgio Buarque de Holanda. Historiographical renewal.

Introdução

Diferentemente de outras obras impressas, o livro didático possui peculiaridades em sua produção, circulação e uso, entre elas a da autoria, por meio da qual é possível ver a distinção entre o trabalho de escrever um texto e publicar um livro.

Circe Maria Fernandes Bittencourt

Em meados da década de 1950, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, vinculado ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão do Ministério da Educação e Cultura, iniciou uma série de publicações voltadas à análise dos currículos, programas e métodos que então caracterizavam o ensino secundário no país⁴. O primeiro volume, lançado em 1957, intitulava-se *Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro (1931 – 1956)*, e era assinado por Guy de Hollanda, catedrático de História da América da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Partindo da premissa de que “a Revolução de 1930 e a Reforma Francisco Campos do ensino secundário constituem o *divortium aquarum* entre a época contemporânea da educação brasileira e os tempos anteriores”, o autor enfatizava, em sua “nota prévia”, não ter se limitado “ao exame dos programas e compêndios de História atuais, pois pareceu-nos que a falta de perspectiva histórica mutilaria a compreensão do presente imediato” (HOLLANDA, 1957, p. V).

A dimensão de seu esforço de “apreciar os compêndios de maior divulgação ou melhor qualidade – predicados nem sempre coincidentes” (HOLLANDA, 1957, p. VI) podia ser conferida no Apêndice I: ali, Hollanda arrolava nada menos que 176 títulos de “compêndios de História para o curso secundário publicados de acordo com os programas de 1931, 1940,

4 Como explicou Marcia de Almeida Gonçalves (2009, p. 116-117), em 1942 “a reforma Capanema, entre outras transformações, instituiu a divisão do curso secundário em duas partes: o ciclo ginasial, composto de quatro séries, e o curso colegial, com três séries. Promoveu também mudanças curriculares, entre as quais interessa destacar a separação da disciplina ‘história do Brasil’ da disciplina ‘história da civilização’, sendo o ensino da primeira circunscrito às 3ª e 4ª séries do ciclo ginasial, mediante a divisão de conteúdos programáticos estabelecidos pela própria deliberação ministerial. A reforma Capanema estabeleceu um lugar privilegiado para o ensino da história do Brasil, e mais, uma rígida determinação de seu currículo”. Para a compreensão mais ampla dos propósitos dessa reforma, bem como da sua articulação com a organização nacional do ensino no Brasil após a revolução de 1930, veja-se, entre outros, SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA (2000) e ROMANELLI (2002).

1942, 1945, 1949 e 1951”, entre os quais se mesclavam volumes de História da Civilização, História Geral, História do Brasil, História da América, História Antiga e Medieval e História Moderna e Contemporânea,⁵ produzidos para as diferentes séries do curso ginásial e do curso colegial. Entre o zelo e a modéstia, ele ainda ressaltava, em nota de rodapé, que “a presente lista, algo incompleta, abrange apenas os livros examinados pelo autor” (HOLLANDA, 1957, p. 257), “incompletude” essa que, no texto, recuava aos princípios do século XX para apresentar ao leitor “os principais compêndios de que dispunha o aluno de História nas vésperas da Reforma Francisco Campos” – no caso da História dita “geral”, o *Epítome de História Universal*, de Jonathas Serrano (1912), a *História Universal*, de João Ribeiro (1918), e a *História da Civilização*, de Oliveira Lima (1921); no caso da nossa História, as *História do Brasil* dos mesmos João Ribeiro (1900) e Jonathas Serrano (1931), todas merecedoras de inúmeras edições, que atravessaram a primeira metade do século XX, embora não nas mesmas proporções (HOLLANDA, 1957, p. 104-124).

Mais interessante que as dimensões desse pioneiro balanço crítico, porém, são as conclusões a que o autor chegara a respeito dos compêndios analisados. Segundo ele, “a apresentação material dos compêndios brasileiros melhorou bastante depois de 1930, em consequência da considerável expansão do livro didático nacional e do aperfeiçoamento da indústria gráfica no Brasil”, muito embora as ilustrações, a encadernação e a paginação continuassem, cada qual a seu modo, com problemas.

Com relação ao que denominava “informação histórica”, a visão do conjunto lhe permitia afirmar que os manuais do pós-1930 mostravam-se “ligeiramente superiores” frente aos publicados “antes do funcionamento dos cursos universitários destinados à formação de professores da matéria para o ensino secundário”;⁶ a ausência de entusiasmo devia-se à percepção de que eram “raros” os que demonstravam “a utilização criteriosa da bibliografia corrente essencial”, com muitos autores multiplicando “notas e citações, nem sempre acertadas, com propósitos alheios aos pedagógicos”. Por isso, sua sentença era peremptória: em suas palavras, “não têm aparecido compêndios que exerçam uma ação renovadora, como a *História do Brasil*, de João Ribeiro, há mais de meio século” (HOLLANDA, 1957, p. 195-

5 Cabe notar que as décadas de 1930 e 1940 também foram um tempo de disputas para a definição do lugar que as disciplinas História da Civilização e História do Brasil ocupariam no ensino secundário, conforme mostra Luís Reznik (1998).

6 Também é importante ressaltar que, como a Universidade é instituída no Brasil somente na década de 1930, o modelo que vigorava até então pressupunha um docente que exercia seu ofício sem formação específica e/ou qualificada; por outro lado, não parece exagero dizer que somente a partir da década de 1940 começa a se sentir, de alguma forma, o impacto da atuação dos novos docentes na escola (cf. PENIN, 2001).

196). Mas não era apenas isso, como deixaria claro a seguir, ao abordar as “feições pedagógicas” de tais obras – a citação é longa, mas seu conteúdo, preciso:

Houve alguma melhoria pedagógica nos compêndios de História que se publicaram a partir da Reforma Francisco Campos, porém, ao se tornar a edição de livros didáticos para o ensino secundário um negócio bem mais lucrativo do que em 1930, a multiplicidade crescente de autores não tem contribuído para aprimorá-los pedagogicamente. Os compêndios seguem estritamente os programas oficiais, mesmo quando estes são falhos, o que indica a necessidade de se expedirem, oficialmente, apenas programas “mínimos”, deixando-se a elaboração dos de desenvolvimento a cada estabelecimento de ensino. Só assim os autores poderão escrever compêndios com alguma real autonomia pedagógica, pois, entre nós, o manual que se afasta da letra dos programas dificilmente encontra editor, e menos ainda quem o adote para o ensino. O mais grave defeito dos manuais de História é, sem dúvida, o seu caráter excessivamente resumido, que torna o texto um amontoado de fatos ininteligível para o aluno. Este não tem outro remédio senão memorizar, para as provas e exames, algumas datas e nomes, ligados por breves frases, cuja significação lhe escapa. Raríssimos são os autores que tentam explicar os fatos por eles relatados, embora a maioria tenha, provavelmente, a ilusão de que os explicam. Com efeito, a concisão exagerada impossibilita qualquer compreensão por quem desconhece a matéria. Os editores, por motivos comerciais, exigem que o autor reduza o número de páginas ao mínimo possível, e este vem a ser quase sempre inferior ao necessário para uma exposição compreensível da matéria. Alguns alegam, com alguma razão, que professores e alunos exigem livros de leitura rápida e fácil memorização para as provas. Tem havido um frequente empobrecimento da linguagem usada nos compêndios, em parte voluntário, com o objetivo de facilitar a sua leitura pelos alunos. As ilustrações não costumam faltar, porém, mesmo quando abundantes, carecem, em geral, de legendas suficientemente explicativas (HOLLANDA, 1957, p. 196-7).

Sérgio e Octavio: autores fora do lugar?

Seis décadas depois, ante as inúmeras mudanças ocorridas desde então na educação escolar e na historiografia, não deixa de ser um tanto incômodo notar o quanto as observações de Guy de Holanda têm de atuais. Não se pode dizer, no entanto, que esta atualidade seja propriamente surpreendente para quem acompanha o universo da produção do livro didático no Brasil, o qual é – nunca é demais lembrar – muito maior que a existência do livro em si (MUNAKATA, 2003; BITTENCOURT, 2004; CHOPPIN, 2004; CASSIANO, 2013; MORENO, 2014).

Por outro lado, a leitura atenta da relação dos livros examinados pelo autor pode, ela sim, trazer a surpresa de encontrar, em meio aos “clássicos” Jonathas Serrano e João Ribeiro, aos “*best-sellers*” Borges Hermida e Joaquim Silva, aos “acadêmicos” Delgado de Carvalho e Hélio Vianna, todos eles conhecidos por seus compêndios em profusão, o nome de outro Holanda: Sérgio Buarque⁷ que, junto a Octavio Tarquínio de Sousa, assinava um volume de *História do Brasil* publicado pela Livraria José Olympio Editora em 1944 e voltado à 3ª série

⁷ Para evitar possíveis mal-entendidos, cabe esclarecer que Sérgio Buarque de Holanda e Guy José Paulo de Holanda, a despeito do sobrenome comum, não eram parentes.

do curso ginásial. Afinal, aos olhos de hoje, falar em Sérgio significa falar de um dos fundadores da moderna historiografia brasileira, do autor de *Raízes do Brasil* e de *Visão do Paraíso* e até mesmo “do pai do Chico”, como ele próprio gostava de se autodenominar; de todo modo, qualquer que seja a referência escolhida, é certo que ela dificilmente o identificará de pronto como um autor de livros didáticos⁸.

A rigor, surpresa talvez não seja o termo apropriado, já que Sérgio Buarque nunca renegou ou fez segredo desse trabalho. Além do mais, menções esparsas a seu respeito podem ser encontradas com relativa facilidade, tanto em estudos sobre o livro didático no Brasil quanto em análises sobre a obra buarquiana⁹, cuja grandeza e brilho, associados ao desprestígio do livro didático nos meios acadêmicos, tornam compreensíveis a pouca visibilidade do manual em questão. Mais preciso, assim, talvez seja falar em *curiosidade*: a curiosidade de saber como situar um dos nossos maiores historiadores no âmbito de uma produção geralmente vista como “menor”, senão “indigna” de intelectuais respeitáveis (BITTENCOURT, 2004, p. 479).

Nesse sentido, a primeira observação a ser feita, por mais óbvia que seja, é que em 1944 o crítico literário, historiador e funcionário público (recém-mudado do Instituto Nacional do Livro para a Biblioteca Nacional) Sérgio Buarque de Holanda ainda *não* dispensava apresentações, mesmo já tendo publicado o ensaio *Raízes do Brasil*, em 1936, e a coletânea de artigos de crítica *Cobra de Vidro*, esta também em 1944. Em contrapartida, seu companheiro de empreitada, com quem mantinha uma amizade de longa data, era, ele sim, um dos mais respeitados intelectuais do país à época – não por acaso, aliás, seu nome aparecia no livro como o *primeiro* dos autores.

Octavio Tarquínio de Sousa, nascido no Rio de Janeiro em 1889, ministro do Tribunal de Contas da União, era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Felipe de Oliveira, autor de uma aclamada tradução do poema *Rubaiyat*, de Omar Khayyam, colaborador de vários jornais e revistas do eixo Rio-São Paulo, diretor da

8 O plural, aqui, não é empregado como mero recurso estilístico, pois o nome de Sérgio Buarque voltaria a se associar à produção didática nos anos de 1970, como orientador e supervisor da série *História do Brasil – Curso Moderno*, denominada “Coleção Sérgio Buarque de Holanda” por sua editora, a Companhia Editora Nacional. Acerca desta coleção, veja a tese de Doutorado de José Cássio Másculo (2008).

9 Para o primeiro caso, veja-se, por exemplo, MATTOS (2009, p. 20) e LUCA (2009, p. 169); para o segundo, IGLÉSIAS (2000, p. 209) e FURTADO (2016, p. 84-86). Salvo engano, apenas Marcia de Almeida Gonçalves (2009) se dedica a examinar especificamente o manual didático de Octavio e Sérgio, relacionando-o ao movimento mais amplo dos “estudos brasileiros” que ganhou corpo entre as décadas de 1930 e 1940, bem como à modernização da historiografia brasileira a ele associada. Trata-se de um trabalho pontual, mas significativo e instigante, com o qual dialogamos muito aqui.

respeitabilíssima *Revista do Brasil* desde o seu relançamento, em 1938, e da não menos prestigiosa Coleção Documentos Brasileiros, da editora José Olympio, desde a saída de outro amigo seu, Gilberto Freyre, em 1939. Historiador dedicado aos acontecimentos e, principalmente, aos personagens da política imperial durante o Primeiro Reinado e as Regências, àquela altura já havia lançado cinco livros acerca desses temas, o último deles a biografia *Diogo Antônio Feijó*, publicada na mesma Coleção Documentos Brasileiros em 1942¹⁰.

Se tal descrição sumária apenas ressalta, à primeira vista, a desproporcionalidade entre a produção de Sérgio Buarque e Octavio Tarquínio (o que não significa, de forma alguma, uma desproporcionalidade intelectual), ela não deve esconder, mas revelar, dois aspectos importantes para a análise do livro que ambos assinavam: o primeiro, que eles se inseriam numa mesma rede de relações e espaços intelectuais – o jornalismo literário, os círculos modernistas, o serviço público e as instituições de cultura, o mercado editorial –, a qual, tecida desde os anos 1920, mostrava-se comprometida com a análise e o conhecimento da realidade brasileira sob novos ângulos e, sobretudo, novos métodos, procurando assim elaborar interpretações do Brasil também novas (FRANZINI, 2010).

O segundo, que nenhum dos dois tinha relação direta com o meio ao qual se destinava o trabalho que produziram. Isto, especificamente, chama a atenção quando se sabe que inúmeras razões tornavam então rara a ausência de laços com o ambiente escolar ou universitário entre os autores de manuais didáticos (BITTENCOURT, 2004), algo que, aliás, o próprio balanço realizado por Guy de Hollanda não deixara de notar:

Além dos autores de manuais de História publicados durante a vigência da Reforma [Francisco] Campos [de 1931 a 1942, até a Reforma Capanema], surgiram outros, vários dos quais terminaram por competir seriamente com os seus predecessores. Professores e licenciados das Faculdades de Filosofia viram-se atraídos pelas compensações materiais que proporcionava a redação de manuais para um ensino secundário em constante e rápida expansão. Algumas editoras, tendo em vista a diversidade regional do mercado do livro didático, publicaram diversos manuais de História Geral e do Brasil, destinados às mesmas séries. [...] Mais do que competir com edições locais, convinha editar compêndios da autoria dos professores com maior prestígio local, ou [que] ensinassem em escolas secundárias de crescido número de alunos, ou ainda [que] não fossem mui recatados na propaganda de seus livros. Com efeito, a legislação do livro didático nacional proibiu a adoção oficial de qualquer compêndio, visando a preservar a liberdade de escolha dos professores e evitar possíveis favorecimentos desta ou aquela obra didática. Se não fossem sepultados no arquivo da Comissão Nacional do Livro Didático os pareceres dos respectivos relatores, quiçá a aprovação (condicional, sem dúvida, mas sempre uma

10 Para uma visão completa da dimensão intelectual e historiográfica de Octavio Tarquínio de Sousa, veja-se GONÇALVES (2010).

aprovação) dos compêndios medíocres, ou maus, houvesse sido menos nefasta pedagogicamente (HOLLANDA, 1957, p. 147-8)¹¹.

Parece um tanto evidente que nem Sérgio Buarque, nem Octavio Tarquínio se encaixavam nesse quadro, o que, pode-se inferir, de saída os punha em desvantagem frente a outros autores e outros livros. Nesse aspecto, sua editora também não ajudava. Apesar de ser um dos mais importantes selos do país, senão o mais importante à época, a Livraria José Olympio Editora, fundada em 1931 em São Paulo por José Olympio Pereira Filho e desde 1934 estabelecida no Rio de Janeiro, não tinha qualquer inserção no mercado de manuais didáticos, dedicando-se sobretudo à publicação do novo romance nacional e das novas interpretações sobre a realidade e a história do Brasil que despontaram a partir justamente dos anos trinta, sobre os quais construíra e assentara o seu grande prestígio¹².

Em termos simbólicos, esse não era um capital desprezível, muito pelo contrário; ainda assim, era insuficiente para brigar com empresas já tradicionais e, de certo modo, especializadas na produção didática, como a Francisco Alves, a Melhoramentos e, sobretudo, a Companhia Editora Nacional, da qual ainda “nascera”, em 1943, a Editora do Brasil – os quatro selos que mais apareceriam na listagem elaborada por Hollanda, em 1957¹³.

A história do Brasil enquadrada na *História do Brasil*

Tais adversidades, contudo, não diminuíram a qualidade da *História do Brasil* em questão. Em seus aspectos materiais, o livro remetia claramente ao padrão que caracterizava a Coleção Documentos Brasileiros: embora em formato menor (15 x 18 cm, enquanto os volumes da coleção eram no tamanho 15 x 23 cm) e dotado de uma pouco usual capa dura, o leitor menos atento poderia muito bem julgar tratar-se de mais um volume da série, tanto pela sua sobriedade e elegância quanto pelo nome dos autores que o encimavam. A disposição dos elementos frontais – no topo, o nome da coleção a que pertencia, “O Livro Escolar Brasileiro”; imediatamente a seguir, os nomes dos autores; o título do livro, em caixa alta, pouco acima do centro exato da página; a data e o nome da editora no rodapé – também era em tudo idêntica à dos livros e Documentos Brasileiros, faltando apenas a sua palmeira-símbolo, desenhada por Tomás Santa Rosa.

11 Como o próprio autor concluiria adiante, com a escolha do professor frequentemente se inspirando “em motivos consciente ou inconscientemente muito alheios à qualidade científica e pedagógica do manual”, o sucesso de um compêndio “deixou, cada vez mais, de depender do seu valor intrínseco” (HOLLANDA, 1957, p. 148).

12 Sobre José Olympio, editor e editora, veja-se HALLEWELL (2005), SORÁ (2010), FRANZINI (2010).

13 Sobre estas editoras e sua relação com a produção e o mercado de livros didáticos, veja-se HALLEWELL (2005).

Para o leitor mais sagaz, por outro lado, tantas autorreferências decerto indicariam a intenção do editor em vinculá-lo diretamente aos êxitos comercial e intelectual alcançados por aquela *brasiliana*, cujo volume inaugural fora, por coincidência, o já citado *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque. Como o frontispício remetia a uma coleção didática, não parece exagero vislumbrar ainda um esforço mais específico, o de mostrá-la como uma espécie de “versão para a escola” do novo conhecimento do Brasil que a Documentos Brasileiros se empenhava em veicular.¹⁴

Por outro lado, os limites do suporte também se faziam sentir. A começar da própria capa, onde, logo abaixo do título e entre parênteses, aparecia a informação: “3ª série, *de acordo com o programa oficial*” (grifo nosso). A julgar pelo que diz Guy de Hollanda, a indicação tornara-se um tanto comum após a Reforma Capanema, de 1942-43, até mesmo pela necessidade de destacar a atualização das obras em um cenário educacional em constante mudança, ainda que tal atualização muitas vezes dissesse respeito a meras adaptações editoriais em manuais já publicados, em especial aqueles em conformidade com o programa anterior, de 1940 (HOLLANDA, 1957, p. 146-147). Além do mais, como observado antes, Hollanda não tinha pudor de dizer que, explicitando ou não o alinhamento com os programas oficiais, os compêndios de História do pós-1930 os seguiam estritamente, “mesmo quando estes são falhos” (HOLLANDA, 1957, p. 196).

A *História do Brasil* de Octavio Tarquínio e Sérgio Buarque não escaparia a isso, com seu índice de capítulos reproduzindo *ipsis literis* unidade por unidade, item por item, do programa de 1943, sem introdução nem bibliografia ao final: I. O descobrimento (1. Origens de Portugal; 2. Os descobrimentos portugueses; 3. Cabral e o descobrimento do Brasil; 4. A Carta de Pero Vaz de Caminha); II. Os primórdios da colonização (1. As primeiras expedições; 2. As capitanias hereditárias; 3. O governo geral; 4. Início da catequese; 5. As primeiras cidades; 6. Manifestações iniciais da vida econômica); III. A formação étnica (1. O elemento branco; 2. O indígena brasileiro; 3. O negro; 4. A etnia brasileira); IV. A expansão

14 A análise de Marcia de Almeida Gonçalves (2009, p. 115-116) segue a mesma direção: em suas palavras, este livro “não parece ser apenas mais uma investida do perspicaz editor, qual seja, a aposta no mercado dos ‘manuais escolares’. A meu ver, algo mais ali se corporificava no que respeita ao jogo de interesses e motivações entre editores, autores e leitores, a saber: a aposta em fazer circular novas interpretações sobre a formação histórica do Brasil”. Curioso, porém, é notar que o livro de Octavio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Hollanda aparece como o *segundo* número dessa nova coleção da José Olympio; quanto ao primeiro, se existiu, não foram encontradas referências – e, para aumentar ainda mais o mistério, vale ressaltar que na listagem elaborada por Guy de Hollanda aparece o *terceiro* volume, uma *História do Brasil* para a 4ª série do ciclo ginasial, assinada por Hélio Vianna (HOLLANDA, 1957, p. 264). Quanto à Coleção Documentos Brasileiros e a veiculação de um novo conhecimento sobre o Brasil, veja-se FRANZINI (2010).

geográfica (1. Os centros iniciais da vida colonial; 2. Conquista das regiões setentrionais; 3. As entradas e as bandeiras; 4. Os tratados de limites); V. Defesa do território (1. As incursões francesas; 2. As incursões inglesas; 3. As invasões holandesas); VI. Desenvolvimento econômico (1. A vida rural: desenvolvimento da agricultura; 2. Progresso da indústria; as minas; 3. O comércio); VII. Desenvolvimento espiritual (1. A obra da Companhia de Jesus: a proteção dos índios; o ensino; a moralização da sociedade; 2. A expulsão dos jesuítas e suas consequências; 3. Desenvolvimento cultural da colônia); VIII. O sentimento nacional (1. Formação do sentimento nativista; 2. As primeiras lutas: emboabas e mascates; 3. Os movimentos revolucionários: a revolta de 1720; a Inconfidência Mineira; a Revolução Republicana de 1817); IX. A Independência (1. D. João VI no Brasil; 2. A Regência de D. Pedro; José Bonifácio; 3. O grito do Ipiranga).

Dentro de tal quadro, é possível perceber o empenho e os esforços dos autores em produzir um livro didático diferenciado em relação à abordagem dos conteúdos e, ao mesmo tempo, “adequado” às imposições oficiais e expectativas pedagógicas. Um bom exemplo disso pode ser encontrado no tópico sobre o “desenvolvimento cultural da colônia”, que compõe, como visto acima, o capítulo VII: se o assunto era, como todos os outros, imposto pelo programa oficial, sua abordagem expressava com muita clareza uma perspectiva própria, *autoral*. Subdividido em três pontos – “Literatura: manifestações iniciais da atividade literária” (p. 170-176), “Apogeu da literatura colonial” (p. 176-178) e “Belas-artes” (p. 178-181, com uma gravura ocupando toda a página 179 e outra a 180) –, a ênfase na produção literária, com o comentário crítico de autores e obras, torna inevitável pensar nas predileções particulares de Sérgio Buarque, que no início da década seguinte publicaria uma *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial* (1952) e ainda deixaria escritos que seriam postumamente reunidos no livro *Capítulos de literatura colonial* (1991). Longe, portanto, de cumprir burocraticamente a tarefa de dar conta de “mais um” item do currículo, não raro visto como residual, a dupla procurava explorar as possibilidades que ele mesmo oferecia para escapar ao habitual primado da abordagem político-econômica nos manuais didáticos.¹⁵

Definir quem escreveu o que nesse trabalho, aliás, é algo muito difícil. É certo que houve uma divisão de encargos entre Octavio Tarquínio e Sérgio Buarque, como uma áspera carta de Tarquínio a Gilberto Freyre, datada de 28 de setembro de 1946, nos indica:

15 A interpretação de Marcia de Almeida Gonçalves (2009) segue linha semelhante, como será retomado mais adiante.

Folheando ontem no escritório do nosso José Olympio a 5ª edição de *Casa-grande & senzala*, deparei-me com a nota da pg. 474: “O sr. Sérgio Buarque de Holanda, em sua *História do Brasil* (Rio, 1944), escrita de colaboração com o sr. Octavio Tarquínio de Sousa, parece concordar com a interpretação dos fatos da colonização agrícola do Brasil oferecida neste ensaio desde 1933. [...]”. A maneira pela qual você redigiu essa nota fere menos a minha vaidade do que a minha dignidade intelectual, visto como a *História do Brasil* foi publicada como de autoria minha e do Sérgio, sem nenhuma indicação das partes feitas por ele ou por mim. Numa obra escrita assim, não se pode, sem amesquinhar um dos autores, atribuir a outro qualquer primazia. Acresce que o meu nome, graças à exemplar modéstia do Sérgio, figura em primeiro lugar. Ninguém entre nós admira e respeita mais do que eu o Sérgio, hoje um dos meus mais íntimos e queridos amigos. O mais curioso, entretanto, é que todo o capítulo a que V. se reporta é da minha inteira e exclusiva autoria, embora de responsabilidade comum. Tenho no meu arquivo os originais manuscritos comprobatórios desta afirmação. Sou seu amigo e admirador, Octavio Tarquínio de Sousa¹⁶.

A leitura do livro também deixa muito patente dois estilos distintos de escrita: do capítulo I até o VI (justamente o capítulo que, acima, Tarquínio assume ser seu), a narrativa é enxuta e direta, com ênfase no factual e distribuída em tópicos curtos, em geral formados por dois ou três parágrafos, quando não apenas um; do capítulo VII até o final, o texto ganha em dimensão e brilho, recorrendo sem hesitar ao uso de adjetivos para explicar eventos e personagens em cena. O contraste entre a descrição de duas figuras históricas muito características ilustra bem tais diferenças – a primeira delas, a do bandeirante Antônio Raposo Tavares, que aparece no capítulo IV em um tópico de um parágrafo intitulado “Raça de Gigantes”:

Em todas essas ações [expansionistas] distinguem-se entre muitos outros nomes os de Manuel Preto, André Fernandes e Antônio Raposo Tavares. A obra realizada por esses homens assume tais proporções, vista de hoje, que parece justificar um Saint-Hilaire quando fala, a propósito dos antigos moradores de São Paulo, em *raça de gigantes*. Antônio Raposo, por exemplo, acha-se em 1628 no Guairá, à testa de uma expedição destruidora; alguns anos depois aparece, repetindo as mesmas façanhas, em terras do atual Estado do Rio Grande do Sul; em 1640 está no Nordeste, servindo como mestre de campo do terço de paulistas que foi a Pernambuco para combater os holandeses; em 1648, já se encontra, em companhia de outros bandeirantes, no sul

16 Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1946. Arquivo da Fundação Gilberto Freyre, Recife. Correspondência passiva de Gilberto Freyre, documento CRB72p3doc36. Marcia de Almeida Gonçalves, em seu estudo sobre o livro aqui analisado, também cita esta carta e apresenta, ainda, a resposta de Freyre, datada de 1º de outubro do mesmo ano: “Meu caro Octavio. Não imagina você com que espanto li sua carta. Pois não se concebe que conscientemente eu escrevesse uma palavra capaz de ferir a ‘dignidade intelectual’ de um amigo tão do meu afeto e da minha admiração. Examinei calmamente o caso. O trecho citado de *História do Brasil* – sua e de Sérgio – refere-se à História Colonial do nosso país, especialidade de Sérgio. Mais do que isso: sobre colonização agrícola ou agrária do Brasil, assunto muito de Sérgio. Era assim natural que eu atribuisse aquele trecho a Sérgio. Foi o que fiz. De modo nenhum concordo – outro ponto – em que dizer-se do autor de um livro – de um dos autores – que o escreveu de colaboração com outro, importe em diminuição para qualquer dos autores. [...] Não atribuo a Sérgio a primazia como autor da *História do Brasil*. Apenas julguei-o – no que errei – autor de um trecho do capítulo que, pelo assunto, interpretei como sendo dele, mais especializado do que você em história colonial do Brasil. Esta é a explicação franca e honesta. Julgo o autor do excelente livro que é *José Bonifácio* capaz de escrever não só o capítulo em questão, como trabalhos de importância maior. Com a melhor amizade e admiração. Gilberto Freyre” (GONÇALVES, 2009, p. 110).

do atual Mato Grosso; sobe, em seguida, o rio Paraguai, ganha o Guaporé, o Mamoré, o Madeira, o Amazonas e vai surgir no Pará onde é visto pelo padre Antônio Vieira. Consta que ao voltar a São Paulo, depois de tantos anos de ausência, vinha tão desfigurado que sua própria família não o reconheceu (SOUSA E HOLANDA, 1944, p. 109-110).

Se a grandiosidade dos feitos do bandeirante não deixa de ser reconhecida, mas é apresentada sem nenhum excesso, algo bem diverso ocorre mais adiante, no capítulo VIII, quando se trata do Tiradentes. A imagem, agora, assume tintas mais vivas, que chegam a resvalar na idealização romântica:

Tiradentes merecia em verdade o relevo que lhe deu a cruel justiça da metrópole. Foi realmente o “alferes estouvado”, como o chamou sem simpatia um dos nossos historiadores, a alma de tudo, o grande conspirador, o cavaleiro-andante da idéia de fazer no Brasil uma república como a que tinham os “americanos-ingleses”. Ler os autos da devassa é verificar que todos os depoimentos falam nele, contam os seus passos, as suas insinuações no sentido do levante malogrado. Viajando de Minas para o Rio e de cá para lá, o alferes Joaquim José da Silva Xavier não deixava passar a ocasião, e, recebido com boa vontade por alguns, fazendo prosélitos em poucos, causando medo a muitos, não desanimava, nem se abatia. Ao lado de poetas ilustres e de padres letrados, Tiradentes surge dos autos da devassa como a primeira figura, pelo interesse humano que desperta, malgrado as suas poucas letras, a sua humildade, o seu feitio um tanto leviano (SOUSA E HOLANDA, 1944, p. 201-202).

Conhecendo a obra dos dois historiadores em questão, é tentador supor que os capítulos mais “objetivos”, que cobrem dois terços do livro, tenham sido elaborados por Octavio Tarquínio, ao passo que a parte final, mais cintilante, por Sérgio Buarque – ainda que não apenas um ou outro capítulo, e sim todo o trabalho, decerto tenha sido “de responsabilidade comum”, como Tarquínio dissera a Gilberto Freyre. Para além da suposição, o que importa efetivamente é que o livro, a despeito de seu desequilíbrio estilístico e da inevitável apresentação sintética de certos temas, de forma alguma se conformava como “um amontoado de fatos ininteligível para o aluno”, como dissera Guy de Hollanda em sua avaliação crítica dos livros didáticos. Ao contrário, reiteramos, havia nele um tom novo e acentos pouco usuais, mesmo que impressados pela tradição da História que se ensinava na escola e pelos interesses do Estado num momento em que “reservava-se à educação lugar privilegiado na formação da nacionalidade” e o “livro didático emergia como peça ideológica fundamental” nesse processo (MIRANDA E LUCA, 2004, p. 124-125).

Entre o “tradicional” e o “novo”

É certo que não é fácil, nem simples, descrever tal tom e tais acentos, uma vez que, como diz Luís Reznik (1998, p. 79), “a análise do conteúdo dos livros didáticos de História do

Brasil nos anos 30 e 40 demonstra poucas diferenças entre eles”.¹⁷ Por extensão, é legítimo imaginar que seu público potencial, ao todo ou em parte, talvez sequer os tenha percebido à época. Ao menos um crítico contemporâneo, contudo, compreendeu muito bem a novidade contida no manual de Octavio Tarquínio e Sérgio Buarque, a ponto de usá-lo como referência para tecer considerações “acerca dos livros didáticos” no prestigioso espaço literário do jornal *Correio da Manhã*. Para Olivio Montenegro, o livro didático era fonte dos “grandes dissabores de toda a nossa vida escolar da infância e da adolescência”; sem correspondência com o “espírito do aluno” e mesmo com a vida, ele era, na verdade, “a imagem impressa do espírito que guiava os antigos mestres nas suas lições – formalístico, dogmático e vão”. Mas, aquele que tinha em mãos era diferente:

Por muito fácil e tentador de fazer que pareça o livro de história para o ensino secundário, raros, entretanto, são entre nós os que se possam comparar à *História do Brasil* que acabamos de citar. E não por nenhuma novidade em documento, por nenhuma interpretação original, nenhum fato desconhecido que nos revele. Este espírito de invenção ou de descoberta não pertence, aliás, a livros dessa natureza. O que deles conscienciosamente se pede em matéria de novidade e originalidade é quanto à seleção dos fatos e o modo de exprimi-los. Saber selecionar e saber dizer sem jamais perder de vista as curiosidades de imaginação e de inteligência do aluno é o que importa. Aí somente é onde reside todo o segredo do bom livro de história – ser claro, direto, objetivo e poder apanhar de cada assunto o seu elemento mais característico ou mais dramático. Não cair no vício do detalhe, nem da exibição verbal – os dois grandes defeitos de que se ressentem a maioria dos livros de história para os cursos de ginásio. Outro vício também é o da vulgaridade de expressão que se confunde com simplicidade. Lendo-se a *História do Brasil* de Octavio Tarquínio e Sérgio Buarque, logo se sente que não é desses livros de história que se fazem sofregamente, para utilidade mais do autor do que dos alunos, mas um livro onde se percebe, ao lado do senso pedagógico como podem ter os melhores mestres, a alma do escritor. [...] (MONTENEGRO, 1944)¹⁸.

Por mais ressalvas que mereça – afinal, Olivio Montenegro, amigo de Gilberto Freyre e autor do livro *O romance brasileiro*, publicado na Coleção Documentos Brasileiros em 1938, não deixava de ser mais um membro da mesma rede de Tarquínio e Sérgio –, a crítica é certa ao apontar não um ou outro aspecto específico do livro como o lugar da novidade, mas sim o seu *conjunto*. Sua contraposição a outra *História do Brasil* publicada à mesma época (1943), aquela escrita por Joaquim Silva (o autor de maior vendagem de livros

17 Ainda segundo Luís Reznik (1998, p. 79), “os temas, o enfoque e o estilo narrativo pouco se transformaram nesses quinze anos – conformam, na prática, uma mesma memória histórica nacional: a alma católica, o território desbravado e conquistado, a mestiçagem branqueada como símbolo do brasileiro, o progresso no Segundo Reinado, etc. A História do Brasil, tal como narrada pelos livros didáticos, é a História da constituição da nação e do Estado. A historiografia didática do Brasil retomará o modelo romântico, enfatizando as características da comunidade brasileira, singulares e universais ao mesmo tempo. [...]”.

18 O artigo de Olivio Montenegro, intitulado “Acerca dos livros didáticos” e publicado no *Correio da Manhã* de 29 de outubro de 1944, foi encontrado no Fundo Sérgio Buarque de Holanda, sob a guarda do Arquivo Central da Unicamp, Campinas. Série: Produção de Terceiros, Subsérie: Artigos de Jornal sobre SBH, documento Pt 55 P59. Agradecemos a Telma Murari e Felipe Chow, deste Arquivo, a localização e a reprodução do documento.

didáticos de História entre os anos 1930 e 1960), torna isso mais preciso; de acordo com Arnaldo Pinto Junior (2010):

A organização dos capítulos apresenta um padrão de distribuição das seções que varia muito pouco no decorrer das obras [de Joaquim Silva]. Cada capítulo começa com o texto didático principal, subdividido em tópicos, os quais foram destacados pelo tamanho da fonte, maiores do que as utilizadas na seção e, ainda, em negrito. Os tópicos, no decorrer do texto, têm funções, tais como valorizar algum nome, fato, processo histórico ou região, considerados importantes para o assunto abordado, ou, ainda, separar os assuntos que compunham o capítulo, marcando o ritmo da leitura, tentando não torná-la cansativa. Notas de rodapé foram introduzidas recorrentemente para ampliar o sentido do texto didático principal ou para trabalhar uma referência historiográfica que confirmasse a narrativa desenvolvida naquela passagem (PINTO JUNIOR, 2010, p. 174)¹⁹.

Além disso, se a ênfase de Olivio Montenegro recaía sobre os conteúdos escolhidos pelos autores e a forma pela qual o faziam, as gravuras, leituras complementares e citações também evidenciavam, e de modo talvez ainda mais nítido, o sentido daquela obra: tanto quanto o *texto*, os *paratextos* nela são muito eloquentes e significativos.²⁰ No caso das vinte e três gravuras distribuídas ao longo do livro, é certo que elas não deixavam de carecer de legendas “suficientemente explicativas”, como Guy de Hollanda dissera ser o tom geral dos compêndios à época, nem evitavam algumas referências “canônicas”, tais como retratos de personagens históricos (Martim Afonso de Souza, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, D. João VI, Pedro I, José Bonifácio), o mapa das Capitanias Hereditárias, ilustrações da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX.

Por outro lado, várias outras reproduziam imagens cedidas pelo recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como as fotografias dos “restos de um antigo pelourinho brasileiro”, encontrado em Alcântara (Maranhão), e da “cruz deixada em Goiás pelo segundo Anhanguera, encimando um monumento de construção posterior”,

19 Não bastasse isso, após o texto de cada capítulo o autor introduzia a seção “Datas Notáveis”, seguida de “Sumário”, itens nos quais apresentava uma síntese das principais ideias debatidas. Ao final de quase todos os capítulos aparecia também o tópico “Para exercícios escritos”, nos quais colocava pequenos títulos para eventuais dissertações a serem escritas pelos alunos.

20 A atenção aos paratextos, aqui, segue a definição e a importância a eles atribuída por Gérard Genette: de acordo com este autor (2001, p. 7), “la obra literaria consiste, exhaustiva o esencialmente, en un texto, es decir (definición mínima) en una serie más o menos larga de enunciados verbales más o menos dotados de significación. Pero el texto raramente se presenta desnudo, sin el refuerzo y el acompañamiento de un cierto número de producciones, verbales o no, como el nombre del autor, un título, un prefacio, ilustraciones, que no sabemos si debemos considerarlas o no como pertenecientes al texto, pero en todo caso lo rodean y lo prolongan precisamente por *presentarlo*, en el sentido habitual de la palabra, pero también en su sentido más fuerte: por *darle presencia*, por asegurar su existencia en el mundo, su ‘recepción’ y su consumación, bajo la forma (al menos en nuestro tiempo) de un libro. Este acompañamiento, de amplitud y conducta variables, constituye lo que he bautizado [...] el *paratexto* de la obra – véanse, dije, los adjetivos como ‘parafiscal’ o ‘paramilitar’. El paratexto es para nosotros, pues, aquello por lo cual un texto se hace libro y se propone como tal a sus lectores, y, más generalmente, al público” (grifos do original).

indicando, simbolicamente, o alinhamento do livro e de seus autores junto às preocupações modernistas com o passado nacional²¹.

Neste mesmo sentido, as leituras complementares indicadas ao final de cada capítulo, à exceção do primeiro²², revelavam sua sintonia também com as novas abordagens historiográficas que então se consolidavam, situando o livro, mais uma vez, no movimento de “redescoberta do Brasil”. Compunham esse quadro trechos selecionados de documentos, como uma carta do Padre Manuel da Nóbrega e o auto de condenação de Tiradentes; citações de obras como os *Diálogos das Grandezas do Brasil* e a *Cultura e Opulência do Brasil*, expressivas tanto pelo seu significado histórico quanto historiográfico; passagens de historiadores que anteciparam, cada qual a seu modo, novas abordagens do passado, Alcântara Machado, Capistrano de Abreu, Eduardo Prado, Oliveira Lima. Estes, em particular, apareciam também no decorrer do texto, nas citações e notas de rodapé, junto a nomes como os de Jaime Cortesão, Afonso de Taunay, Pe. Serafim Leite, João Lucio de Azevedo, Roberto Simonsen, Lúcio Costa²³.

E, não parece exagero afirmar que a força de tais elementos é tão grande no livro a ponto de fazer com os autores abram mão da palavra final: após encerrar o último capítulo com um parágrafo simples, quase protocolar,²⁴ a derradeira leitura complementar chega para deixar claro a visão que tinham da emancipação política do Brasil. Selecionados,

21 Sobre a criação do SPHAN, em 1937, sua origem, princípios e práticas durante o Estado Novo, veja-se o imprescindível trabalho de CHUVA (2009).

22 A despeito de não apresentar uma leitura complementar, o primeiro capítulo explora bastante, inclusive com citações literais, entre aspas, a Carta de Pero Vaz de Caminha, na “adaptação à língua atual” feita pelo historiador português Jaime Cortesão (SOUSA E HOLANDA, 1944, p. 28).

23 Para mais um contraste com o *best-seller* de Joaquim Silva, vale notar que cada capítulo também se encerrava, salvo raras exceções, com o item “Leitura”; no entanto, diferentemente do manual de Octavio Tarquínio e Sérgio Buarque, os textos ali eram curtos, relativos a algum aspecto complementar ao assunto tratado e, em geral, sem indicação de autoria, o que permite supor que boa parte deles era do próprio Silva. As referências bibliográficas, por sua vez, apareciam nesse livro muito mais como ponto de apoio que como parte orgânica do texto. De acordo com Arnaldo Pinto Junior, o primeiro capítulo da obra trazia a seguinte orientação: “Para estes e demais exercícios escritos sugeridos noutras lições, o aluno deve recorrer às numerosas notas que acompanham o texto e às leituras. Recomenda-se ainda, para tal trabalho, os livros: ‘Capítulos de História Colonial’, de Capistrano de Abreu; ‘História do Brasil’ e ‘História da Civilização Brasileira’, de Pedro Calmon; ‘Formação Histórica do Brasil’, de Calógeras; ‘Expansão Geográfica do Brasil Colonial’, de Basílio Magalhães; ‘História Econômica do Brasil’, de R. Simonsen; ‘História do Brasil’, curso superior, de João Ribeiro, e ‘História do Brasil’, de J. Serrano, com a colaboração de D. Maria J. Schmidt e D. Helena Medeiros” (SILVA, 1943, p. 17, *apud* PINTO JUNIOR, 2010, p. 177).

24 O último tópico do livro, intitulado “Volta de D. Pedro ao Rio de Janeiro”, compõe-se de três parágrafos, os quais tratam da “consumação da independência” após o 7 de Setembro. O referido parágrafo que encerra o livro diz: “O Brasil estava livre e encontrava na independência feita com apoio no trono de D. Pedro I uma segura garantia de unidade e grandeza. Obra em que se aliaram a sabedoria tocada de entusiasmo de José Bonifácio e os impulsos generosos do jovem príncipe de 24 anos. Obra também de todo um grupo de ardentes patriotas, em que se destacaram Gonçalves Ledo, Januário, José Clemente e A. de Vasconcelos Drummond” (SOUSA E HOLANDA, 1944, p. 247-248).

evidentemente, com muito cuidado, os trechos de *O movimento da Independência*, de Manuel de Oliveira Lima, mandavam um recado ao presente:

Tem-se dito da independência do Brasil que foi um desquite amigável entre os reinos unidos. Não há, porém, desquite perfeitamente amigável: precedem-no sempre incompatibilidades, rusgas, desavenças. Pode não ocorrer propriamente violência. [...] É natural que o filho chegado à maioridade se emancipe, e sucede entre as nações como entre os indivíduos. A fase de subordinação cessara por força das circunstâncias; a de igualdade poderia ter-se prolongado um pouco mais, mas também tinha forçosamente de acabar embora houvesse sido sincera a intenção e inteligente o plano do monarca e dos seus conselheiros do momento. A igualdade feria porém o sentimento geral do reino que por três séculos representa o papel de metrópole, com tudo quanto na concepção daqueles tempos encerrava a expressão em matéria de autoridade e de exclusivismo. Havia de, por isso, chegar, como chegou, o dia em que a mesma igualdade seria iludida no espírito e desvirtuada na prática (OLIVEIRA LIMA apud SOUSA E HOLANDA, 1944, p. 249-250).

Considerações finais: um livro peculiar

Por conta de todas essas “escolhas e ênfases autorais”, Marcia de Almeida Gonçalves (2009, p. 117) afirma que Octavio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Holanda “pareceram querer investir num veículo precioso de divulgação de enfoque culturalista na maneira de narrar a formação da sociedade e da nação brasileira”. A percepção da centralidade da cultura, associada a “certo historicismo valorizador das ações únicas e particulares de sujeitos humanos individuais e/ou coletivos” (GONÇALVES, 2009, p. 118), é arguta, mas acreditamos que a ela ainda pode se somar, sem prejuízo, outra chave interpretativa: a de uma leitura do Brasil inspirada em Capistrano de Abreu, mais especificamente nos *Capítulos de História Colonial* (1907).

Dentro dos rígidos parâmetros estabelecidos pelo programa oficial de ensino – dos quais talvez se possa dizer que não deixavam de ser, à sua maneira, uma versão escolar dos “quadros de ferro” que Capistrano tanto criticara em Varnhagen –, o olhar dos autores seguia o mestre e buscava no passado a dinâmica e a vida para reconstituir e contar a história que lhes fora incumbida. Ao mesmo tempo, apostava na capacidade e autonomia crítica de seus leitores potenciais, professores e alunos, para compreender aquilo que apresentavam, como a ausência de “sínteses” e exercícios “de fixação” ao final de cada matéria parece sugerir.

Por contraditório que pareça, talvez tenha sido precisamente por essa razão que o manual de Tarquínio e Sérgio não tenha sobressaído em meio ao amplo corpo da produção didática de seu tempo. Lugar da tradição, a escola tende a desconfiar de inovações e experimentações, mesmo que diluídas em elementos que lhe são familiares; veículo de saberes cristalizados, o livro didático (e, por extensão, o mercado e os agentes que o

envolvem) tende a repelir aquilo que não segue fórmulas consagradas, seja na forma, seja no conteúdo²⁵.

Logo, compreende-se por que esta *História do Brasil* tornou-se “um daqueles livros didáticos que ‘não haviam pegado’”, como bem definiu Ilmar Rohloff de Mattos (2009, p. 20). Sem merecer novas edições, o fracasso da obra ainda enterraria consigo a tentativa da José Olympio de entrar na área dos compêndios escolares – o que, a bem da verdade, em nada afetaria os autores ou a editora. Nem por isso, entretanto, este livro “esquecido” deve ser visto como *mais um* manual didático, igual a qualquer outro de sua época; por tudo o que foi apresentado, talvez faça mais sentido vê-lo à contraluz, como um livro motivado por um projeto intelectual de interpretação e compreensão do Brasil, no qual uma nova historiografia atuava decisivamente²⁶.

Referências

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810–1910). *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.
- CASSIANO, Célia Cristina Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*. Sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras*. A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

25 Evidentemente, tanto a escola quanto o livro (e os materiais didáticos como um todo) mudam ao longo do tempo. Tais mudanças, contudo, em geral se diluem, no caso da primeira, naquilo que Antonio Viñao Frago (2007) chamou *cultura escolar*; no caso do segundo, na sua natureza primeira como *mercadoria*, como demonstrou Kazumi Munakata (2003). Além disso, entre essas duas dimensões, é imperativo considerar como se dá a atuação docente, isto é, como professores e professoras pensam e lidam, na prática, com as possibilidades, potencialidades e limitações que envolvem o seu ofício. A esse respeito, veja-se LOURENÇO, 2011.

26 Tanto é assim que, mesmo sem causar qualquer impacto nos meios escolares brasileiros, o livro não deixou de repercutir noutros círculos, como demonstra uma carta de Norberto Frontini (advogado que desempenhou importante papel para a tradução e circulação de autores e livros brasileiros na Argentina e em toda a América Latina, particularmente junto à editora Fondo de Cultura Económica) a Sérgio Buarque, escrita em Buenos Aires e datada de 20 de março de 1948: “[...] importa mucho para aquel proyecto de Historia de América que envíe usted su libro Raíces do Brasil [sic] y el manual de Historia del Brasil que hizo en colaboración con Octavio Tarquinio. Los envía usted a José Luis Romero que me los urge. [...] La editorial Losada ya ha autorizado la edición de la obra que consistirá de cuatro tomos de 600 [?] páginas cada uno. [...]”. Carta de Norberto A. Frontini a Sérgio Buarque de Holanda. Buenos Aires, marzo 20 de 1948. Fundo Sérgio Buarque de Holanda, Arquivo Central da Unicamp, Campinas. Série: Correspondência de SBH, Subsérie: Passiva, documento Cp 84 p. 7. Mais uma vez, somos gratos a Telma Murari e a Felipe Chow pelo acesso a este documento.

- FRANZINI, Fábio. Um livro fora do comum: a *História do Brasil* de Octavio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Holanda. *Anais do Simpósio Internacional Livro Didático: Educação e História*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2007. CD-ROM.
- FURTADO, André Carlos. *As edições do cânone*. Da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Niterói, RJ: Eduff, 2016.
- GENETTE, Gérard. *Umbral*. México: Siglo XXI, 2001.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e História na Obra de Octavio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. Uma história de cruzamentos providenciais: o manual didático de Octavio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Holanda. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). *A História na escola*. Autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005.
- HOLLANDA, Guy de. *Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro (1931-1956)*. Rio de Janeiro: CBPE/Inep/MEC, 1957.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- LOURENÇO, Elaine. *Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista, 1970-1990*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- LUCA, Tânia Regina de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). *A História na escola*. Autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- MÁSCULO, José Cassio. *A Coleção Sérgio Buarque de Holanda: livros didáticos e ensino de História*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Introdução. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). *A História na escola*. Autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- MIRANDA, Sônia Regina e LUCA, Tânia Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, jul./dez. 2004.
- MORENO, Jean. *Quem somos nós? Apropriações e representação sobre a(s) identidade(s) brasileira(s) em livros didáticos de História (1971-2011)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. A formação de professores e a responsabilidade das universidades. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 42, p. 317-332, mai/ago 2001.
- PINTO JÚNIOR, Arnaldo. *Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada no Brasil: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940-1951)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

REZNIK, Luís. O lugar da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). *História do ensino da história no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV / Paz e Terra, 2000.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*. José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp, 2010.

SOUSA, Octavio Tarquínio de e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História do Brasil*. 3ª série, de acordo com o programa oficial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. (O Livro Escolar Brasileiro, n. 2).

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Sistemas educativos, culturas escolares e reformas*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2007.